

ABERTURA

Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Senhor Embaixador Presidente da Comissão Nacional da UNESCO, Senhora Secretária Regional da Educação e Formação dos Açores, Senhor Secretário Regional da Educação da Madeira, senhoras e senhores representantes de instituições e associações convidadas, senhoras e senhores professores e investigadores, senhoras e senhores conselheiros, senhoras e senhores jornalistas, gostaria de os saudar e agradecer a vossa presença.

Uma primeira palavra sobre o Conselho Nacional de Educação (CNE). O CNE é uma instituição independente cujo presidente é eleito pela Assembleia da República e que reúne no seu seio elementos provenientes de diferentes quadrantes: políticos, associativos, empresariais e culturais ligados à educação. Fazem parte do CNE professores, pais, estudantes, cientistas, autarcas, técnicos. O CNE produz pareceres e recomendações por solicitação do Governo ou da Assembleia da República e tem igualmente o direito de iniciativa própria.

Uma nota sobre a origem deste seminário. O Ministério dos Negócios Estrangeiros solicitou, em 2009, um parecer ao CNE sobre a proposta de Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, 2005-2015. Do parecer emitido, destaca-se, como um dos aspetos positivos, o facto de vir ao encontro das responsabilidades internacionais de Portugal, constituindo um contributo para a concretização de compromissos assumidos e de recomendações, designadamente no quadro da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e sobre a importância da educação para a cidadania global.

Para a consecução deste objetivo está a ser desenvolvido um plano operacional que o CNE tem vindo a acompanhar e no âmbito do qual propôs este seminário. Apreciamos muito esta colaboração com o Ministério dos

¹ Presidente do Conselho Nacional de Educação

Negócios Estrangeiros e com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, e agradeço ao senhor secretário de estado, João Gomes Cravinho, ter aceiteado o desafio para esta cooperação e a sua presença aqui hoje.

Entendo que o CNE deve abrir caminhos para novos desafios e áreas de trabalho, como a da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Caminhos que exigem contacto com os terrenos educativos, a sua análise e estudo, com vista à produção de conhecimento. Considero, pois, que devemos estar em contacto com as realidades e abrir caminhos adequados às mesmas. É por isso que agradecemos a participação das escolas e de outras instituições que apresentaram os interessantes trabalhos expostos na mostra de projetos. Este é um dos factos que nos permite ter esperança no futuro e num futuro diferente. Num futuro com mais conhecimento e mais envolvimento dos cidadãos na defesa do desenvolvimento sustentável. Estou certa de que muitos mais projetos existem e que é essencial que a sociedade os conheça e aprenda a olhar para eles.

A escola está muito fechada, amiúde não sabemos o que se passa dentro dos seus muros. É importante que se abram e que a sociedade aprenda a olhar e a valorizar mais os seus projetos, exemplos reais que nos ajudam, por um lado, a compreender as dificuldades encontradas quando se pretende promover a EDS e, por outro, a abrir caminhos para a sua implementação.

O tema que nos reúne aqui hoje constitui, porventura, um dos maiores desafios para o futuro do planeta e da humanidade. É um tema que interpela diretamente a educação que queremos dar aos jovens e o papel da escola, bem como a responsabilidade que nesse tema assumem os meios de educação não-formais. Os *média*, muito em especial, desempenham um papel de relevo. As autarquias têm igualmente um papel cada vez mais significativo.

Vivemos num mundo de urgências que vão da fome e da pobreza no mundo aos conflitos armados e às catástrofes provocadas por inúmeros

fatores, muitos dos quais relacionados com o modo como interagimos uns com os outros e com o nosso planeta. Na situação em que nos encontramos, a formação das pessoas é talvez o principal determinante do desenvolvimento económico, social e da proteção do ambiente. Para que possamos compreender e intervir na evolução do mundo necessitamos de formação, ideias novas, conhecimento e investigação.

A educação entendida num sentido lato é, portanto, a área que mais pode influenciar o nosso futuro comum, porque dela dependem o conhecimento e o diálogo entre povos e culturas, bem como a formação de cidadãos ativos na defesa do planeta e da humanidade. Não devemos cruzar os braços. É necessário acreditar na mudança e preparar as pessoas para a proteção do ambiente e, também, para a prevenção face aos riscos. E esta prevenção é uma dimensão importante do desenvolvimento sustentável, como veremos neste seminário.

Com frequência centramo-nos na proteção do ambiente, esquecendo-nos de proteger a humanidade dos riscos que frequentemente o planeta nos traz. Tornou-se lendária a história da menina inglesa de férias na Tailândia que soube reconhecer, a partir do que tinha aprendido na escola, os sinais do maremoto. Importa saber que respostas poderemos nós dar em termos de uma educação formal e não-formal em matéria de risco, que exige novas competências numa “sociedade de risco”, fundadoras de uma cidadania mais ativa, participada e informada.

Minhas senhoras e meus senhores

Permitam-me agora algumas reflexões que me foram suscitadas a partir de atividades de pesquisa e de formação que temos desenvolvido em parceria com algumas escolas, com as quais muito temos aprendido. Decidimos que o símbolo deste seminário seria a *marsilia azorica*. Trata-se de uma espécie endémica que existe num pequeníssimo charco da Ilha Terceira, nos Açores. A ideia de um ser vivo que, segundo dados fornecidos

pelos cientistas açorianos, existe² unicamente naquele local despertou num grupo de professores e alunos da Escola Tomás de Borba, na Ilha Terceira, um sentimento de orgulho por terem uma espécie única e a necessidade da sua proteção face a uma tão grande vulnerabilidade.

Permitam que destaque ainda alguns aspetos do projeto *Cidadania e Sustentabilidades para o séc. XXI. Caminhos para uma comunidade sustentável nos Açores*, em que esta atividade se integra. É um projeto que visa, em parceria com a Universidade dos Açores, a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, as escolas, as entidades regionais e as associações locais, promover a EDS. Partiu-se de alguns pressupostos, designadamente da necessidade de valorizar a biodiversidade e a geodiversidade dos Açores e da pertinência da integração destas temáticas no currículo regional. Saliente-se a importância de conhecer melhor o património regional e de descobrir trilhos e caminhos tradicionais, envolvendo os alunos e as suas famílias.

A descoberta e o contacto com estes percursos na natureza parecem importantes para a valorização da experiência das comunidades e para a criação de estilos de vida saudáveis. A criação de estilos de vida saudáveis, a atração da juventude para a natureza, a promoção de atividades com as quais a escola pode contribuir para o desenvolvimento local, são componentes essenciais do projeto.

Da pesquisa e debates realizados surgiu, por exemplo, a necessidade de alguns alunos intervirem na Assembleia Municipal, o que determinou que tivessem de conhecer a missão e o funcionamento daquele órgão. O conhecimento das estruturas políticas e o desenvolvimento de competências de intervenção constituem uma dimensão importante da formação cívica e da educação para a cidadania.

A formação de professores e alunos em fotografia tem-se revelado pertinente, contribuindo para o despertar de novos olhares e para a

² Algum tempo após a realização deste seminário a ideia de “ser único” foi contrariada por outros estudos científicos.

divulgação das ilhas, por exemplo, nas saídas de campo em percursos pouco conhecidos. As fotografias são objeto de exposições itinerantes.

Considero que podemos afirmar sem grande margem de erro que, no trabalho de projeto em desenvolvimento, os alunos aprendem conteúdos científicos significativos e desenvolvem atitudes e competências fundamentais. No projeto em desenvolvimento, nos Açores, estão envolvidas todas as disciplinas.

Uma parte significativa dos projetos, desenvolvidos de Norte a Sul do país, que se encontram ilustrados através de *posters* em exposição no CNE, aponta para estilos de vida mais saudáveis através de atividades na natureza, contribui para que se desenvolva o sentimento de pertença e para que se estabeleça uma relação sólida entre a pessoa e o seu meio; o que constituirá, também, uma motivação para a defesa desse meio. São projetos que contribuem para a aprendizagem da intervenção. Muitos deles permitem que a escola contribua para o desenvolvimento local, designadamente através da valorização das culturas locais, da descoberta e reabilitação de percursos de natureza.

O trabalho em projeto, utilizado na maioria das situações, é uma metodologia que favorece o desenvolvimento de competências, de pesquisa, organização da informação e intervenção. E nestes projetos as parcerias são decisivas. Mas existem ainda muitos obstáculos à mudança nesta área. Quis dar uma nota de otimismo, mas temos de ser realistas e, de facto, o contacto com o terreno mostra-nos que existem muitos obstáculos. A prevalência na nossa escola de programas rígidos, espartilhados e extensos e de uma organização igualmente pouco flexível, ou vista como tal, conduz com frequência a atitudes de desvalorização daquilo que nos rodeia. Aos olhos dos alunos, a cultura que não encontra espaço na escola não é, muitas vezes, legitimada como saber. Se não se ensina na escola considera-se, com frequência, que não se trata de um verdadeiro saber, sendo pouco valorizada. É preciso que uma escola fechada ao mundo seja substituída por uma outra escola capaz de desenvolver nos alunos o sentimento de responsabilidade e de cidadania local e global. Grandes pedagogos do

século XX pensaram nesta missão da escola, podendo referir como exemplo Freinet ou pedagogos da Primeira República, como Álvaro Viana de Lemos, Adolfo Lima ou ainda Rui Grácio.

Também é importante ver que grande parte dos países europeus, com uma educação de qualidade, encontrou para as suas escolas processos organizativos e pedagógicos que lhes permitem apreender a realidade local e o mundo atual. Queria ainda assinalar a importância dos *media*, novos e clássicos, como fonte poderosa de aquisição de conhecimentos e capacidades exigidas para a compreensão do tempo em que vivemos. Também neste contexto necessitamos de uma escola flexível, capaz de incorporar os *media* como recurso, organizar projetos e suscitar aprendizagens sólidas a partir do que vemos e ouvimos.

Fala-se, por vezes, da necessidade de criação de espaços e tempos na escola para gestão das emoções causadas pelo impacto das catástrofes. Vejamos, por exemplo, o impacto que teve nas crianças o 11 de Setembro, o terramoto do Haiti ou as enxurradas da Madeira. Os *media* têm um impacto enorme e é importante que a escola esteja disponível para tratar estas questões, porque através destas abordagens aprende-se muito.

A escola sai pouco da escola para ter contacto com o mundo exterior, para promover o conhecimento e o gosto da natureza, para ensinar e preservar o ambiente e o património cultural, para formar cidadãos ativos e intervenientes e para desenvolver competências de observação essenciais na promoção da cultura científica.

E para terminar, algumas questões. Como entender que seja tão difícil organizar projetos que permitem estar à escuta do mundo em que vivemos, sobretudo quando estes pressupõem saídas da escola? Como poderemos nós ultrapassar estes obstáculos, como poderemos educar para o risco? Qual o papel dos *media*? Como valorizar o papel das ONG? Que práticas educativas? E como valorizar aquilo que já se faz e conseguir que seja mais valorizado e mais visto? O CNE tem desenvolvido alguns projetos que permitem refletir sobre estas questões, e cito apenas o caso de um conjunto de seminários a que se deu o título *Cá fora também se aprende*, que foram

conduzidos pela conselheira Maria Emília Brederode Santos e que nos possibilitaram refletir sobre a ligação da escola ao meio, o desenvolvimento cultural e a educação para a literacia mediática.

Acredito que é essencial que a escola promova a EDS, para que as crianças e os jovens adquiram novos hábitos e seduzam os pais para novas práticas. E todos nós sabemos o poder de sedução que as crianças têm nos pais. Acredito que estes alunos serão, no futuro, cidadãos críticos e ativos no combate a atropelos ambientais e sociais e na construção de um mundo mais sustentável e solidário.

Muito obrigada pela vossa atenção.

João Gomes Cravinho¹

Muito obrigado, senhora presidente do Conselho Nacional de Educação e senhor presidente de mesa do Conselho Nacional de Educação, Professor Adriano Moreira e senhor Embaixador Andresen Guimarães, presidente da Comissão Nacional da UNESCO, senhora Secretária Regional da Educação e Formação dos Açores e senhor Secretário Regional da Educação da Madeira, senhoras e senhores conselheiros e caros participantes neste seminário.

Em primeiro lugar uma palavra de agradecimento por me ter convidado a estar cá hoje e dizer que foi com grande satisfação que aceitei o convite. Aliás não podia deixar de estar cá, atendendo ao tema deste seminário. Em particular, eu queria saudar a senhora presidente do Conselho Nacional de Educação, a Professora Ana Maria Bettencourt, pelo empenho colocado nestas temáticas e, como aliás acabámos de ouvir na sua intervenção, pelo empenho na atenção especial que tem dedicado à evolução, ou à evolução necessária da relação entre a escola e a sociedade.

Ora nós no Ministério dos Negócios Estrangeiros também temos procurado dedicar atenção a esta temática, à questão da educação para o desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável, trabalhando em particular com a Comissão Nacional da UNESCO e com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

No âmbito do trabalho da Comissão Nacional da UNESCO temos a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014. E neste enquadramento houve todo um trabalho feito aqui em Portugal com um plano de trabalho que talvez não seja muito conhecido, talvez não seja muito mediático, mas que tem um conjunto de realizações e de programações que penso serem bastante notáveis.

¹ Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

Já tivemos o Ano Internacional do Planeta Terra, 2007-2009, o Ano Internacional da Biodiversidade em 2010. E temos, este ano, 2011 dedicado à EDS na Sociedade do Conhecimento, tema proposto pela UNESCO no âmbito da Década da EDS (2005-14). Os anos seguintes são dedicados, no seio da mesma década, aos temas: Participação Cívica e Boa Governação, 2012; Redução da Pobreza, 2013; Justiça e Ética Intergeracional, 2014. Portanto, um conjunto de temas da maior relevância internacional e que penso que deixará as suas marcas na consciência de todos aqueles que participam na vida das escolas, incluindo em primeiro lugar, obviamente, as crianças.

Ora olhando mais concretamente para a área da educação para o desenvolvimento, esta foi uma temática assumida como prioritária pelo Governo, ou melhor, pelos governos a partir de 2005. É uma trave-mestra ou uma trave importante do documento orientador da cooperação portuguesa, a *Visão Estratégica da Cooperação Portuguesa*. E o IPAD tem desenvolvido um conjunto de iniciativas neste âmbito, incluindo uma que tem deixado frutos muito importantes, que é uma linha de cofinanciamento para projetos de educação para o desenvolvimento na ordem dos 600.000€ por ano. Já vai, creio eu, no quarto ou quinto ano, e portanto, ao longo destes anos, temos tido uma série de projetos neste domínio. E aquilo que vos posso dizer, aquilo que me dizem os técnicos do IPAD que analisam os projetos é salientar a muito elevada qualidade dos projetos que são apresentados, ou seja, temos na nossa sociedade instituições, organizações não-governamentais ou outras muito bem preparadas, com ideias criativas e com capacidade de execução nesta área da educação para o desenvolvimento.

É também de salientar, julgo eu, o trabalho de equipa que foi feito entre uma diversidade grande de instituições para o desenvolvimento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED). Mais do que qualquer outro documento de que eu tenha conhecimento ou em que tenha tido alguma participação direta enquanto membro do Governo, há seis anos, a ENED foi verdadeiramente um trabalho muito enriquecido pela interação que houve entre um conjunto muito alargado de instituições.

Portanto diria que foi um trabalho exemplar em termos do empenho de muitas instituições de natureza muito diferente. Deu muito trabalho mas foi muito gratificante, creio eu, para todos aqueles que participaram nesse processo e que resultou num documento muito sólido, muito substantivo.

Ora esta estratégia foi apresentada faz agora um ano, no evento Dias do Desenvolvimento, quando fizemos uma cerimónia de assinatura pública da assinatura do plano de ação da ENED.

Eu queria só citar uma frase logo do início da estratégia em que se explica que a estratégia, e cito, visa ser assumida como um instrumento essencial para permitir o acesso universal e de qualidade à educação para o desenvolvimento e assim contribuir para a consolidação do compromisso de todas as pessoas com a resposta necessária às desigualdades e injustiças que se apresentam ao nível local e global”, fim de citação. Ora o que é que isto significa? Significa essencialmente que é um instrumento para superarmos uma dificuldade que todos nós temos em termos de governação que é o facto dos instrumentos da nossa cidadania serem instrumentos virados para o espaço nacional. Nós votamos em eleições para o espaço nacional, agora também para o Parlamento Europeu, desde há alguns anos. Mas as problemáticas com que nos confrontamos são cada vez mais amplas, isto é, escapam cada vez mais a esse enquadramento meramente nacional.

E a ideia de cidadania global, – a própria expressão é um pouco contraditória porque o nosso exercício de cidadania não é global, pelo menos no que toca, digamos, à parte formal – é uma ideia que precisa de ser explorada, e por estes caminhos começamos a explorá-la. Sabemos de forma cada vez mais segura que esta tomada de consciência, de conhecimento quanto à necessidade de nos preocuparmos, de nos envolvermos, de participarmos em soluções para os problemas que escapam ao espaço nacional, que isto é fundamental para o futuro.

Eu tenho duas crianças em casa e acredito que as crianças percebem isto com alguma facilidade e que a esmagadora maioria dos professores também percebe isto com muita facilidade. Eu creio que as instituições, os

instrumentos que temos à nossa disposição é que estão atrasados em relação às necessidades da nossa sociedade.

E portanto a ENED e toda a temática deste seminário, educação para o desenvolvimento sustentável, são passos importantes, no meu entender, para construirmos as respostas necessárias aos tempos que vivemos.

Eu terminaria desejando-vos boa sorte no trabalho. E aqui estamos ajudados pela *marsilia azorica* que é o sinal por todos identificado com a ideia de boa sorte ou com a ideia de bem-aventurança. E acho que é um excelente símbolo para presidir aqui aos trabalhos deste seminário que eu reputo da maior importância. Portanto boa sorte aqui com a nossa *marsilia azorica*, fotografada pela Professora Ana Maria Bettencourt.

Muito obrigado.